



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001016-92.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: Registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 73/2022 TRE-PE – Ata de Registro de Preços nº 100/2022 – Aquisição de *firewall* com *software* de análise de *logs*, conexão 2FA para VPN e suporte e garantia de 60 meses.

DESPACHO Nº 450 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança da STIC deste Tribunal, com o objetivo de dar continuidade **aquisição/contratação de Infraestrutura para VPN** em consonância com o Plano de Contratação de TIC 2021, 2021-N06 (0667110), sobrestado no exercício de 2021 tendo em vista as tratativas nacionais do grupo de cybergurança sobre as diversas vertentes de segurança da informação na Justiça Eleitoral.

Em que pese a elaboração, neste Tribunal, de todos os documentos exigidos na fase de planejamento pela **Resolução CNJ n. 182/2013** (0667112, 0675488, 0687800, 0691048), decidiu-se pela distribuição das contratações da solução pretendida a nível nacional entre os Tribunais Regionais, ficando a contratação de Firewalls e Secure Web Gateway à cargo deste Regional em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação do último.

Sendo assim, durante o exercício de 2022, nos termos definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), coube ao TRE-PE a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, contemplando as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os demais tribunais, de acordo com as contratações previstas na Estratégia Nacional para atender a Justiça Eleitoral do país (Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479)).

Dessa feita, no âmbito do TRE-PE foi instaurado o PSEI n. 0015391-39.2021.6.17.8000, levantando-se as necessidades de todos os Regionais interessados na contratação da solução (Ofício-Circular n. 198/2022 -SENIC - 0848983), havendo o cumprimento de todos os procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, com a produção de todos os documentos exigidos no normativo que rege a matéria, dentre eles o ETP-PE juntado, nestes autos, no evento n. 0990942, demonstrando a necessidade da contratação a partir da análise da viabilidade técnica de implementá-la conjuntamente para todos os Regionais interessados.

O titular da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta da *Solução de Firewall e Secure Web Gateway* e informou a estimativa de quantitativo para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Lote 1 do objeto, conforme manifestação n. 14/2022 (0849219), ratificada na Remessa juntada ao evento n. 0992585 após atualização dos valores unitários finais dos itens, já havendo sido expedido ofício pela Diretoria-Geral (0849297) ao órgão gerenciador (TRE-PE).

Para instruir o feito, foram juntados todos os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-PE nº 73/2022: Cotações de preços (0705361, 0705362, 0705363, 0705364, 0726374 e 0730681), Estudo Técnico Preliminar (0990942), Edital de Licitação - 0990949, contendo no Anexo I o Termo e Referência, Ata de Registro de Preços ARP nº 100/2022 - 0991731, Minuta do Contrato, parecer exarado pela assessoria jurídica do TRE-PE (0990958) e publicação do Extrato da Ata de Registro no DOU - 0996031.

Em cumprimento à determinação constante no evento n. 0992769, e com base nas informações constantes no evento n. 0991757 e anexos, a SECONT juntou minuta do instrumento contratual que irá reger a Contratação pelo TRE-RO (0998064), referente ao objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 100/2022/TRE-PE (assinada em 23/12/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 243, de 27/12/2022, Seção 3, fl. 221, com vigência por 12 meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

Em seguida juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 1.610.719,90 (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) para custear a despesa (0993992), informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (Proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº 0000150-50.2022.6.22.8000).

Instada, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela inexistência de óbice legal na atuação do TRE-RO, como órgão participante na contratação da solução pretendida gerenciada pelo TRE-PE, divulgada meio do Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC (0848983), processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 73/2022 (Processo SEI n. 0000057-28.2022.6.17.8000 - 0990949), resultando na lavratura da ARP nº 100/2022 (0991731); pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades registradas para este órgão participante na ARP n. 100/2022, que será firmada por meio da assinatura da Minuta do Contrato (1002451) com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43, dispensando-se uma nova análise jurídica das **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 73/2022**, uma vez que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, conforme evento n. 0990958 (Parecer Jurídico N. 879/20202- TRE-PE/PRES/DG/ASSDG), registrando, tão somente a necessidade de verificação do prazo de vigência contratual relativa aos itens 5 e 6 (implantação e treinamento).

Considerando o apontamento inserido ao item 53 do parecer jurídico n. 87/AJSAOFC (evento 1001142) relativo ao prazo de vigência contratual, e em atendimento ao determinado no evento 1001936, a SECONT juntou no evento 1002451 nova minuta de Contrato para o presente objeto contendo os ajustes solicitados.

De posse dos autos, a SAOFC manifestou-se ratificando da aprovação dos documentos elaborados na fase de planejamento no TRE-PE, pela autorização da contratação da solução de TIC pretendida via ARP nº 100/2022 (0991731), pela autorização para emissão de nota de empenho em favor da empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, no valor total de R\$ 1.610.719,90 (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), por conseguinte formalização contratual nos moldes da minuta juntada no evento 1002451, com a publicação do ato na imprensa oficial em respeito ao princípio da publicidade (1003086).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, conforme relatado, em que pese haver sido produzidos os documentos exigidos no âmbito deste Tribunal, todos foram desconsiderados tendo em vista a unificação da contratação em âmbito nacional gerenciado pelo TRE-PE, de modo que todos os trâmites prévios para aquisição do objeto pretendido foram definidos pelo TSE, como se verifica no Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479), juntado no Processo Administrativo SEI n.0001776-07.2022.6.22.8000, bem como das informações juntadas ao presentes autos ao evento n. 0990942 que demonstra que a equipe de planejamento do TRE-PE elaborou **ETP** (processo SEI nº 0000057-28.2022.6.17.8000).

Compulsando os autos, verifica-se que, conforme previsto na Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024), a equipe de planejamento do TRE-PE assumiu a missão de conduzir o processo administrativo de contratação de soluções de aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia. como órgão gerenciador, elaborando todos os documentos exigidos na legislação de regência e processando a contratação via certame licitatório (Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE - 0990949).

O procedimento resultou na assinatura e publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/SP Nº 100/2022 (0991731), o que viabilizou a contratação da SOLUÇÃO UNIFICADA

por parte de todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes.

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE nº 73/2022 conduzido pelo TRE-PE, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (anexo I do Edital juntado ao evento n. (0942857), está amparado nas normas de regência (**artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**). Ademais, tal medida reduziu sensivelmente os custos diretos e indiretos com os trâmites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atende aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio do sistema pontuado no Decreto 7892/2013 (SIASG), verifica-se que o objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC (0848983); e Ofício TRE-RO n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG (0849297), que possibilitaram a divulgação e participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento aos termos trazidos na legislação de regência (art. 6º do Decreto 7892/13), ressalta-se que há registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos 0849219 e 0849297. E a ciência da ARP nº 100/2022, oriunda do PE nº 73/2022-TRE-PE, é atestada pela juntada da própria ata em questão nos autos (0991731), bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 791/2022, de 24/06/2022, de lavra da Diretora-Geral deste Tribunal (0848985).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria TRE-RO nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC (1001142), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária (0993992), no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, da análise dos presentes autos, verifica-se que todos os normativos que regem a matéria foram obedecidos no processo de contratação conjunta, havendo o cumprimento de todas as fases e produção de todos os documentos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - Autorizo a despesa, para contratação nas quantidades dos itens solicitadas pela unidade técnica (0943358) e registradas para este órgão participante na ARP n. 100/2022 (0991731), gerenciada pelo TRE-PE, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato (1002451) com a empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO nº 004/2008**; e

2 - Autorizo a emissão da nota de empenho em favor da empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

3- Determino a divulgação do extrato da nota de empenho ou do contrato e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

À SAOFC para continuidade com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/05/2023, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1003738** e o código CRC **CA2D36E3**.

0001016-92.2021.6.22.8000

1003738v44